

## ANEXO 4

### TERMO DE CONTRATO TRT 17ª REGIÃO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

CONTRATO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO, E .....

A **União**, por intermédio do **Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região**, com sede na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, n.º 1245, Enseada do Suá, na cidade de Vitória/ES CEP 29.050-335, inscrito no CNPJ sob o nº 02.488.507/0001-61, neste ato representado por sua presidente, Desembargadora Alzenir Bollesi de Plá Loeffler, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa ....., inscrito(a) no CNPJ sob o n.º....., sediada na....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por....., conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º 0001897-19.2023.5.17.0500 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 90.012/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Fornecimento de Solução de Aplicativos para Escritório - Desktop, nos termos e condições constantes neste Contrato.

1.2. A tabela que segue especifica item, unidade e quantitativo do presente objeto:

Item	Descrição	Part Number	Unidade	Quantidade Total
01	Microsoft Office LTSC Standard 2024 (PTBR)	EP2-27380	Licenças	218

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão do contrato, fiscalização e o modelo de execução do contrato constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não há possibilidade de subcontratação.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O custo total da presente contratação é de                     , conforme discriminado no quadro de preços abaixo.

Item	Descrição	Part Number	Qtd.	Valor Unitário	Valor total
01	Microsoft Office LTSC Standard 2024 (PT-BR)	EP2-27380	218	R\$ <u>                    </u>	R\$ <u>                    </u>

5.2. Nos valores apresentados pelas empresas estão incluídos todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

### 6.1. Faturamento, Liquidação e Pagamento

6.1.1. O faturamento do objeto será realizado sobre o quantitativo total das licenças, em parcela única, conforme todos os requisitos constantes na especificação neste Termo de contrato.

6.1.2. Os documentos fiscais deverão ser enviados pela Contratada por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), em conformidade com o ATO TRT 17.<sup>a</sup> PRESI/DIGER. n.º 3/2022.

6.1.2.1. A Contratada será responsável pela realização do cadastro e gestão dos seus dados no SIGEO-JT.

6.1.2.2. Os documentos fiscais deverão ser enviados até o último dia útil do mês de sua emissão.

6.1.2.3. Caso a Contratada dê causa a algum impedimento que impossibilite o recebimento do objeto do contrato ou o pagamento, o Contratante poderá solicitar a reemissão do documento fiscal, de modo a compatibilizá-lo com o prazo previsto no item anterior, assim que o impedimento for sanado.

6.1.3. Os dados para emissão das Notas Fiscais são os seguintes:

Razão Social: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17<sup>a</sup> REGIÃO

Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 1245, Enseada do Suá, Vitória/ES - CEP 29050-335

CNPJ: 02.488.507/0001-61

Telefone: (27) 3185-2069

### 6.2. Liquidação

6.2.1. Recebida no SIGEO-JT a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7.º, § 2.º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

6.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.2.1. o prazo de validade;

6.2.2.2. a data da emissão;

6.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.2.2.5. o valor a pagar; e

6.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.2.4. O instrumento de cobrança deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal a inadimplência do contratado, bem como a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **6.3. Do Pagamento**

6.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

6.3.2. Havendo atraso no pagamento, sem que para isso tenha contribuído a contratada, os valores devidos serão pagos com acréscimo de juros, calculados pro rata dia, à taxa de 0,5% ao mês, aplicada sobre o valor do pagamento em atraso.

6.3.3. O vencimento de validade de qualquer certidão apresentada para fins de habilitação não impossibilitará o pagamento à Contratada.

6.3.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.6.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3.6.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Após o interregno de um ano a partir da data do orçamento estimado, 23/10/2025, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice ICTI – IPEA (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$VR = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

7.7. Considerando a natureza do objeto desta contratação, qual seja, o fornecimento de solução de aplicativos de escritório - Desktop, a Contratante dispensa a exigência de garantia contratual.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. nomear a equipe de gestão do contrato, composta pelo gestor e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsável por acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

8.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de contrato;

8.1.3. comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

8.1.5. comunicar a empresa para que emita a nota fiscal com o valor dimensionado pela fiscalização;

8.1.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente às licenças fornecidas, no prazo e forma estabelecidos neste contrato;

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. indicar formalmente preposto apto a representar a Contratada junto ao Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

9.1.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da equipe de gestão do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12 a 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

9.1.5. comunicar ao Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para fornecimento, com a devida comprovação;

9.1.6. guardar inteiro sigilo dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do Contratante, sendo vedada, à Contratada, sua cessão, locação ou venda a terceiros;

9.1.7. não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, quer sejam fabricantes, técnicos ou outrem;

9.1.8. responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais e encargos comerciais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento das licenças;

9.1.9. responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.10. manter durante toda a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.10.1. quando notificado a atualizar documentação referente à habilitação, fazê-lo em até 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da notificação.

9.1.11. informar (e manter atualizado) o endereço eletrônico (e-mail) para o qual serão encaminhadas notificações ao longo da vigência da contratação (inclusive quanto a possíveis multas).

9.1.12. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## 9.2. Da Entrega, do Recebimento e Critérios de Aceitação do Objeto

9.2.1. O objeto deverá ser executado nos termos e condições especificadas neste contrato e no Termo de Referência.

9.2.2. O prazo de entrega das licenças é de até 07 (sete) dias corridos, contados a partir da assinatura do Contrato, quando a totalidade de subscrições contratadas deverá estar disponível no ambiente de gerenciamento de licenças fornecido pela Fabricante.

9.2.3. A CONTRATADA deverá enviar um e-mail ao Gestor ou aos Fiscais do Contrato, nos endereços setic@trtes.jus.br e segec@trtes.jus.br, com todas as informações necessárias para realizar a ativação e utilização das licenças.

9.2.4. O objeto contratual poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser substituído pela CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo do tempo de atendimento dos acionamentos e da aplicação das penalidades.

9.2.5. O objeto será recebido das seguintes formas:

9.2.5.1. **Provisoriamente**, pela Comissão de Recebimento e Fiscalização designada pela Administração do TRT da 17ª Região, no ato da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade dos acessórios com as especificações técnicas descritas neste Termo de contrato.

9.2.5.2. **Definitivamente**, pela Comissão de Recebimento e Fiscalização designada pela Administração do TRT da 17ª Região, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório e após a devida comprovação da adequação do objeto às especificações técnicas descritas neste Termo de contrato.

9.2.5.3. Caso exista divergência entre o objeto entregue e as especificações técnicas constantes neste Termo de contrato, o objeto será recusado.

9.2.5.4. Na contagem dos prazos previstos neste contrato e no Termo de Referência, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento. Os prazos se iniciam e vencem em dias úteis.

## **10. CLÁUSULA DEZ - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. O Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

10.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018; e

10.1.2. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por determinação da ANPD.

10.2. A Contratada cooperará com o Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo.

10.3. O Contratante e a Contratada se comprometem, ainda, à eliminação dos dados pessoais coletados em razão desta contratação com o encerramento do ajuste ou, se for o caso, após o transcurso do prazo legal de guarda da informação.

## **11. CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 12. CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Com fundamento nos artigos 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, a tabela a seguir consigna as condutas reprováveis da Contratada e as correspondentes sanções aplicáveis:

Infração	Sanção
a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que não cause grave dano.	Aplica-se a sanção Advertência, quando não se justificar penalidade mais grave, e multa de 2%, calculada sobre o valor do contrato.
b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; Dar causa à inexecução total do contrato; Deixar de entregar documentação exigida; Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; Não celebrar o contrato e/ou a ARP; Não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou da ARP; Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	<p>Na hipótese de não justificar penalidade mais grave, aplica-se Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 3 (três) anos, além de multa de 10%, calculada sobre o valor do contrato, observadas as dosimetrias mínimas a seguir:</p> <p>I - não celebrar o contrato/ata de registro de preços: 6 (seis) meses;</p> <p>II - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação: 3 (três) meses;</p> <p>III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: 3 (três) meses;</p> <p>IV - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público: 10 (dez) meses;</p> <p>V - dar causa à inexecução total do contrato: 12 (doze) meses;</p> <p>VI - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: 3 (três) meses;</p> <p>Quando justificada penalidade mais grave, aplica-se Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo período de 5 (cinco) anos, além de multa de 20%, calculada sobre o valor do contrato.</p>
c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a vigência da ARP ou durante a execução do contrato; Praticar ato fraudulento durante a vigência da ARP ou na execução do contrato; Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Aplica-se a sanção Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo período de 6 (seis) anos, além de multa de 30%, calculado sobre o valor do contrato.



Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.	
---	--

12.2. Poderá o Tribunal optar por aplicar à Contratada a penalidade Advertência, caso a(s) falta(s) cometida(s) não acarrete(m):

12.2.1. Atraso no fornecimento das licenças;

12.2.2. Obrigatoriedade de execução de contratação emergencial.

12.2.3. Será aplicada a penalidade de Advertência à contratada:

12.2.3.1. No primeiro caso de não manutenção das condições de habilitação, desde que haja seu restabelecimento no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a Administração notificar a Contratada para atualizar seus documentos;

12.2.3.2. Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais a Contratada tenha concorrido. Nesse caso será aplicada quando ocorrer:

12.2.3.2.1. O descumprimento, não reincidente, das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos financeiros para o Contratante;

12.2.3.2.2. A execução insatisfatória ou pequenos transtornos no fornecimento das licenças, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa, impedimento de licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade.

12.3. MULTAS ADMINISTRATIVAS:

12.3.1. Atraso injustificado no fornecimento das licenças: implicará em multa correspondente a 2% do valor total contratado, por dia de atraso, a partir do 1º dia útil após o prazo fixado neste contrato ou no Termo de Referência, até o limite de 10% desse valor, salvo se o atraso advier de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovado e acatado pelo Contratante;

12.3.2. Não manutenção das condições de habilitação por prazo superior a 30 (trinta) dias: multa de 6%, calculada sobre o valor total da última proposta, se esta situação for constatada em momento anterior à assinatura do contrato, ou de 3% sobre o valor contratado, se esta situação for constatada após a assinatura do contrato.

12.3.3. Reincidência na não manutenção das condições de habilitação, ainda que por prazo inferior a 30 (trinta) dias, ou em falta punível com advertência: multa de 10%, calculada sobre o valor total da última proposta, se esta situação for constatada em momento anterior à assinatura do contrato, ou de 6% sobre o valor contratado, se esta situação for constatada após a assinatura do contrato.

12.3.3.1. Se a não manutenção das condições de habilitação superar o prazo de 60 (sessenta) dias ensejará em rescisão contratual e multa de 20% sobre o valor total contratado.

12.3.3.2. Só restará caracterizada a perda das condições de habilitação quando a empresa não conseguir apresentar suas certidões atualizadas dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da notificação para atualizar a documentação.

12.3.4. Atraso no atendimento a solicitações diversas do Contratante em que não há indisponibilidade ou qualquer tipo de degradação da solução de aplicativos para escritório:

12.3.4.1. multa de 0,5% sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitado a 10% do valor do contrato, na primeira ocorrência;

12.3.4.2. multa de 1% sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitado a 10% do valor do contrato, a partir da segunda ocorrência, inclusive.

12.3.5. Acúmulo de advertências: O acúmulo de 5 (cinco) advertências durante a vigência do contrato, ensejará em multa administrativa no percentual de 10% calculada sobre o valor do contrato.

12.3.6. Nenhuma multa compensatória ou somatório delas poderá exceder a 20% do valor total contratado e as multas moratórias estarão limitadas a 10% do valor do contrato, inclusive as reincidências de multas de mesma natureza.

12.3.7. Em caso de aplicação da sanção de multa sem que a apenada apresente recurso no prazo legal ou, se apresentado, não tiver obtido provimento, o valor correspondente à penalidade aplicada será deduzido dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante.

12.3.8. No caso de insuficiência ou inexistência de crédito em favor da empresa sancionada, o recolhimento da multa aplicada deverá ser por ela efetivado no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da notificação, mediante GRU (Guia de Recolhimento da União) a ser emitida e encaminhada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN) deste TRT17.

12.3.9. Decorrido o prazo previsto no item anterior sem que a empresa tenha efetuado o depósito devido, o valor da multa poderá ser inscrito em Dívida Ativa da União e encaminhado para cobrança judicial.

12.3.10. As penalidades descritas acima, com exceção feita à Declaração de Inidoneidade e Impedimento de Licitar e Contratar, poderão ser aplicadas pelo Diretor-Geral do TRT da 17ª Região.

12.3.11. A decisão de aplicação da sanção Impedimento de Licitar e Contratar é competência exclusiva da Presidência do TRT 17ª Região e a Declaração de Inidoneidade caberá ao Tribunal Pleno, superior instância administrativa deste Tribunal.

## 12.4. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.4.1. A aplicação de qualquer penalidade obedecerá sempre aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação e publicidade, dentre outros, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.

12.4.2. Os prazos e formalidades para a defesa prévia, recurso, representação ou pedido de reconsideração, obedecerão àqueles indicados na Lei n.º 14.133/2021, em especial os artigos 157, 158, 165, 166 e 167.

12.4.3. O recurso interposto deverá ser protocolizado na Seção de Atendimento e Apoio ao Fórum de Vitória (SEAT) do TRT da 17ª Região, localizada na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 1.245, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-335, de segunda a sexta-feira, das 12 às 19 horas.

### **13. CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. Constituem motivo para extinção do contrato, dentre outros previstos em lei:

13.1.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.1.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

13.1.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

13.1.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.6. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2. A extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

### **14. CLÁUSULA QUATORZE – ALTERAÇÕES**

14.1. O objeto do contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme o art. 125, da Lei n.º 14.133/2021. A supressão poderá exceder esse limite, nos casos de acordo celebrado entre os contratantes. Entretanto, havendo discordância com a supressão além de 25%, haverá direito à extinção do contrato, segundo dispõe o art. 137, § 2º, I, da Lei n.º 14.133/2021.

### **15. CLÁUSULA QUINZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho .....; elemento de Despesa ..... e Fonte .....

### **16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e,

subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18. CLÁUSULA DEZOITO - CONSULTA AO CADIN**

18.1. O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-17) realizará consulta prévia ao CADIN antes da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

18.2. A consulta ao CADIN será realizada também previamente à assinatura de aditamentos contratuais, incluindo prorrogações de prazo e alterações de objeto. A existência de registro no CADIN no momento da consulta impedirá a formalização do aditivo.

18.3. Nos casos em que o termo de contrato ou o termo aditivo for substituído por instrumento equivalente, a consulta a que se refere o item 18.1 será realizada imediatamente antes da autorização para emissão do instrumento.

18.4. O licitante ou contratado poderá regularizar sua situação perante o CADIN dentro do prazo de convocação para assinatura do contrato ou do termo aditivo. Caso persista a restrição, a formalização não será realizada.

18.5. Caso a empresa adjudicatária esteja inscrita no CADIN no momento da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subseqüentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.

18.6. O não cumprimento dos requisitos para a assinatura do contrato ou do aditivo ou para emissão do documento congênere no prazo estipulado neste instrumento será interpretado como recusa da empresa em formalizar o ajuste, aplicando-se as seguintes sanções:

- a) Perda do direito à assinatura do contrato ou do termo aditivo ou à emissão do instrumento equivalente;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme artigo 156, III, da Lei nº 14.133/2021; e
- c) Registro da ocorrência no SICAF.

18.7. Antes da aplicação das penalidades, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do Ato PRESI Nº 49/2024 e da Lei nº 9.784/1999.

18.8. Caso seja constatado registro no CADIN durante a execução do contrato, a Administração poderá avaliar a rescisão motivada, conforme a legislação vigente e os impactos na continuidade da prestação do serviço ou fornecimento.

## **19. CLÁUSULA DEZENOVE – FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Espírito Santo, Seção Judiciária de Vitória para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO